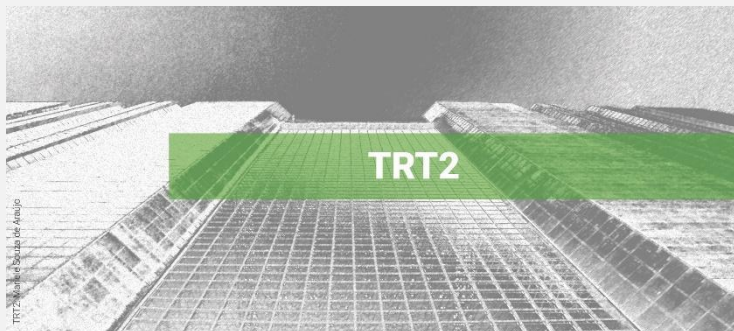


INFORMATIVO TRT2

Atos normativos da semana

N. 38

Período: 21 a 25 set. 2026



Portaria n. 48/DGA, de 17 de setembro de 2026

Designa servidores para atuarem como Gestores e Fiscais dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Edital de concurso de promoção n. 10, de 3 de agosto de 2026. Proad n. 37220/2026

Comunica abertura de concurso de promoção para provimento do cargo de Desembargador do Trabalho.

Edital n. 4/CR, de 3 de setembro de 2026

Comunica a abertura de inscrições de Varas do Trabalho para o 5º Ciclo de Mentoria 2026 do programa “Recuperação de Vara do Trabalho – Mentoria”.

Edital de concurso de remoção n. 14, de 17 de setembro de 2026. Proad n. 45312/2026

Comunica abertura de concurso de remoção para provimento do cargo de Juiz Titular da 68ª Vara do Trabalho de São Paulo.

Portaria n. 15/CR, de 17 de setembro de 2026

Indica as Unidades Judiciárias que participarão do Programa “Recuperação de Vara do Trabalho” da 2. Região – 5º Ciclo de Mentoria 2026 e designa os(as) Mentores(as) responsáveis, dentre outras providências.

Comunicado n. 8/GP, de 21 de setembro de 2026

Altera o Comunicado n. 2/GP, de 24 de janeiro de 2025, para alterar membros da Subseção Especializada em Uniformização da Jurisprudência Regional I - SUR-I, do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Portaria n. 49/DGA, de 22 de setembro de 2026

Altera a portaria de designação de fiscalização dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Ato n. 8/GP.CR, de 23 de setembro de 2026

Dispõe sobre o direito à compensação de férias das Juízas e dos Juizes convocados ao exercício das funções de Desembargadora e Desembargador no Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região que participem de sessões de julgamento colegiado durante o período de férias.

Ato n. 57/GP, de 23 de setembro de 2026

Regulamenta o exercício do direito à compensação de férias previsto no art. 14, § 3º, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, para a modalidade virtual de realização de sessões de julgamento colegiado.

Edital de acordo direto em precatórios do município de São Paulo n. 10/2026, com as alterações do Edital n. 10-A/2026, de 24 de setembro de 2026 - Lista consolidada de precatórios inscritos

Torna pública a lista consolidada de precatórios inscritos no procedimento de acordo direto do município de São Paulo.

Órgãos de Interesse

Conselho Superior da Justiça do Trabalho

[Ato n. 112/CSJT.GP, de 23 de setembro de 2026](#)

Revoga o Ato n. 8/CSJT.GP.SE, de 16 de janeiro de 2009, que disciplina a divulgação de dados e informações relativas às contas públicas pelos Tribunais Regionais do Trabalho, por meio da rede mundial de computadores.

Poder Legislativo

[Lei n. 15.509, de 21 de setembro de 2026](#)

Altera a Lei n. 8.935, de 18 de novembro de 1994, para dispor sobre o prazo prescricional da ação para aplicação de sanções administrativas aos notários e registradores.

[Lei n. 15.511, de 21 de setembro de 2026](#)

Altera a Lei n. 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia), para modificar a nomenclatura do Secretário-Geral Adjunto, bem como a composição da Diretoria do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, e facultar aos Conselhos Seccionais a criação de diretorias regimentais temporárias.

[Lei n. 15.519, de 22 de setembro de 2026](#)

Dispõe sobre o exercício da atividade de psicopedagogia.

Conselho Nacional de Justiça

[Portaria n. 430/CNJ, de 14 de setembro de 2026](#)

Dispõe sobre a promoção do 3º Concurso Nacional de Decisões Judiciais e Acórdãos em Direitos Humanos, com ênfase no controle de convencionalidade, nos parâmetros internacionais de direitos humanos e na jurisprudência interamericana.

[Portaria n. 437/CNJ, de 16 de setembro de 2026](#)

Altera a Portaria n. 204/CNJ, de 19 de maio de 2026, que delega aos(as) Conselheiros(as) a supervisão institucional das Políticas Judiciárias Nacionais Programáticas (PJNP).

[Portaria n. 442/CNJ, de 18 de setembro de 2026](#)

Altera a Portaria n. 316/CNJ, de 20 de setembro de 2024, que regulamenta o acesso a dados judiciais públicos consolidados pelo Conselho Nacional de Justiça.

[Portaria n. 451/CNJ, de 22 de setembro de 2026](#)

Altera a Portaria n. 124/CNJ, de 25 de abril de 2024, que institui o Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname).

[Edital do 3º Concurso Nacional de Decisões Judiciais e Acórdãos em Direitos Humanos/CNJ, de 2026](#)

Torna público o Edital do “3º Concurso Nacional de Decisões Judiciais e Acórdãos em Direitos Humanos”, com ênfase no controle de convencionalidade, nos parâmetros internacionais de direitos humanos, na

jurisprudência do Sistema Interamericano de Direitos Humanos e nas decisões dos demais sistemas de proteção de direitos humanos.

Receita Federal do Brasil

Instrução Normativa n. 2.345/RFB, de 22 de setembro de 2026

Altera a Instrução Normativa n. 2.119/RFB, de 6 de dezembro de 2022, para adequar o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral às alterações promovidas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

Ministério da Previdência Social

Portaria Conjunta n. 43/MPS.INSS, de 18 de setembro de 2026

Prorroga, em caráter excepcional e transitório, a ampliação do prazo máximo de duração do auxílio por incapacidade temporária concedido por meio de análise documental, prevista na Portaria Conjunta n. 14/MPS.INSS, de 23 de março de 2026.

Portaria n. 1.357/MPS, de 21 de setembro de 2026

Regulamenta a participação de intérprete ou tradutor da Língua Brasileira de Sinais - Libras nos atendimentos realizados pela Perícia Médica Federal.

Tribunal Superior do Trabalho

Ato n. 533/SEGJUD.GP, de 22 de setembro de 2026

Divulga a composição do Tribunal Superior do Trabalho e de seus Órgãos Judicantes.

Ato Conjunto n. 52/TST.CSJT.GP.SG.SEOFI, de 23 de setembro de 2026

Abre crédito suplementar em favor do Tribunal Superior do Trabalho e de Tribunais Regionais do Trabalho no valor que especifica.

Poder Executivo

Medida Provisória n. 1.393, de 25 de setembro de 2026

Altera a Lei n. 14.690, de 3 de outubro de 2023, para instituir a Modalidade Emergencial de Renegociação de Dívidas de Pessoas Físicas Inadimplentes - Desenrola Brasil 3.0 e prever a adoção de medidas de promoção do crédito responsável, altera a Medida Provisória n. 1.373, de 29 de junho de 2026, para estabelecer novo prazo para o Programa Extraordinário de Reequilíbrio Financeiro de Tomadores de Crédito Adimplentes - Desenrola Adimplentes, e dá outras providências.



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Avenida Paulista, 2064 - 20º andar - Centro
CEP: 01310-200 - São Paulo/SP
Tel: (11) 3150-2314

Elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial,
Normativa e Documental

